



Número: **0800636-04.2020.8.18.0050**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Esperantina (Cível)**

Última distribuição : **25/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA (AUTOR)		YHARRANA MAYRLA DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10974407	25/07/2020 17:52	FRANCISCO FERREIRA DA SILVA, - Acao de indenizacao Seguro DPVAT.docx	Petição

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE ESPERANTINA-PI.**

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.587.869 SSP-PI, inscrito no CPF nº 770.433.673-87 residente e domiciliado na Avenida Manoel Franco, nº 1024, Bairro Morro do Chap. Sul CEP 64.180-000, cidade de Esperantina-PI, Endereço Eletrônico: yhorrana.mayrla@hotmail.com, neste ato representado por seus advogados firmatários, com endereço para intimações infra timbrado, vem com usual deferência e com fundamento no Art. 6º, IV, VII e VIII, Art. 51, IV, X, XIII e VX, art. 54 e 84, todos do CDC, Art. 591 c/c Art. 406 e 1.125 do CC e Art. 300, caput c/c Art. 497 do NCPC, Súmula 121 do STF e art. 5º, inciso XXXII, LIV, LV c/c Art. 192 da Constituição Federal, perante Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT CUMULADO COM
INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS**

Em face da **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A** pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ N.º **09.248.608/0001-04**, com Sede **R DA ASSEMBLEIA** nº 100 Andar 26, Centro Rio de Janeiro– RJ CEP- 20.011-904, passando a elencar as razões fáticas e jurídicas que atestam a validade de seu direito, para que ao final possa vê-lo acolhido integralmente.

ENDEREÇO PARA INTIMAÇÕES

A Parte Autora, através de seus Advogados firmatários, informa que o endereço para intimações, publicações e/ou eventuais notificações, dentro do presente feito, é o

**RUA GENERAL OSÓRIO, Nº 3066, BAIRRO CABRAL
CEP 64.000-580 – TERESINA – PI**

**Yhorrana.mayrla@hotmail.com
(86) 3029-8658/99958-1468/99953-6217**



seguinte: Rua General Osório, nº 3066, Bairro Cabral, CEP 64.000-580, TERESINA/PI. O não atendimento ao pedido formulado acima, implicará em nulidade do ato, conforme estipula o Art. 272, parágrafo 2º e 273, ambos do NCPC.

DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (CPC/2015, art. 319, inc. VII)

O art. 319, VII do Novo Código de Processo Civil dispõe que a petição inicial deverá indicar a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação:

"PORTANTO A PARTE AUTORA OPTA PELA NÃO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA NOS TERMOS DO ART. 319, VII DO NCPC."

CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente é de se afirmar que o postulante neste feito não possui condição de arcar com o vultoso valor das custas processuais sem comprometer seu orçamento familiar.

O deferimento da assistência judiciária, nos termos do **artigo 4º da lei nº 1.060/50**, esta condicionado, único e exclusivamente, a afirmação de que não possui condições de arcar com as custas e honorários sem prejuízo próprio e de sua família.

Segundo a lei, basta o simples requerimento na própria petição inicial ou a qualquer momento do processo, para ver deferida a concessão do benefício:

Lei Nº 1.060/50 – Art. 4º - A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

§1.º - Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos da lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Conforme se vê, apresentado o pedido de gratuidade, há presunção legal de veracidade dos fatos declarado quanto a sua insuficiência financeira; a teor do artigo 5º do mesmo diploma, o juiz pode prontamente deferir os benefícios ao seu requerente (cumprindo-se a presunção do art. 4º acima).

A Parte Autora, verdadeiramente, não tem condições de arcar com as despesas do processo, uma vez que são insuficientes seus recursos financeiros para pagar todas as despesas processuais, inclusive o recolhimento das custas iniciais vejamos o art. do Novo Código e Processo Cível:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e



os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Destarte, a Demandante ora formula pleito de gratuidade da justiça na orientação ofertada pelo caput do art. 98 do Novo Código de Processo Civil, o que faz por declaração de seu patrono, sob a égide do art. 99, § 4º c/c 105, in fine, ambos do CPC/2015, quando tal prerrogativa se encontra inserta no instrumento procuratório acostado.

Por todos os motivos acima indicados, fica – desde já – pleiteada a benesse da Justiça Gratuita em prol do Autor.

DA AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS

A presente Exordial é composta por cópias, às quais este causídico confere declaração, asseverando a autenticidade aos referidos documentos, nos termos do Art. 425, inciso IV, do NCPC, in verbis:

“Art. 425. Fazem a mesma prova que os originais:
(omissis)

IV – As cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade.”

DOS FATOS

A parte Autora, no dia 22 de Outubro de 2020 sofreu um acidente que lhe acarretou graves lesões corporais, após o ocorrido o Requerente foi encaminhado para atendimento médico em virtude da gravidade dos ferimentos. Após o atendimento e a realizações de vários exames foi constado que o acidente lhe ocasionou lesões no tornozelo onde o precisou de realização de um cirurgia.

Após a realização da cirurgia exames e consultas médicas em virtude da fratura sofrida no tornozelo direito, o requerente permaneceu com considerável limitação para movimentos, bem como restou com dificuldades para caminhar, ficar de pé por determinado tempo e até mesmo as simples atividades do dia a dia se tornaram tormentosas para serem desempenhadas.

Pois bem conforme se verifica pela documentação em anexo, o Requerente sofreu várias lesões e até hoje sente dores no local lesionado, tendo consideravelmente reduzida sua capacidade de movimentação e utilização do membro afetado.

Diante dos fatos ocorridos o Requerente possuindo o direito assegurado em lei, procurou amparo através do pedido de indenização junto á **SEGURADORA LIDER DO**



CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A a Parte Requerente juntou todos os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela Seguradora, requerendo a administrativa a quantia que fazia jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIZEZ) tendo seu pedido cadastrado com o número do pedido 3190135863.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua fratura a Parte Requerente aguardou a resposta da Seguradora ora Requerida, e tamanha fora a surpresa do Requerente quando informado do montante que seria pago pela Seguradora.

De Acordo com o documento em anexo, a Seguradora efetuou pagamento de valor irrisório, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pelo Requerente. Após análise do pedido feito administrativamente, o Requerente recebeu o valor irrisório de **R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Tal entendimento apresentado como caracterizador do pagamento, não é condizente com a previsão legal, com a seriedade das lesões sofridas e com as consequências destas na situação física em que hoje o Requerente se encontra. Todos os laudos e exames médicos levam ao entendimento de que fora grave a lesão onde foi gravemente afetado a perda funcional do membro afetado, porém a seguradora realiza avaliação parcial e unilateral, sem proporcionar ao segurado aquilo que lhe é realmente devido.

Conforme se demonstra Excelência o segurado ora Requerente, juntou ao seu pedido administrativo boletim de ocorrência, ficha de atendimento ambulatorial, laudos e exames médicos atestando as lesões e as limitações que sofrera, e mesmo assim teve como resposta da Requerida um pagamento no valor ínfimo, não compatível com a lesão física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizados para este fim.

Desta forma resta claro que buscado solucionar o problema por meio administrativo para o recebimento da indenização com os valores condizentes ao caso concreto, porem tudo foi em vão, não havendo outra forma da Parte Requerente alcançar seu direito a não ser com intervenção judicial, através da correta quantificação dos valores devido e consequente condenação da Ré ao pagamento deste.

DOS FUNDAMNETOS JURIDICOS



A Parte Requerente ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei 6.194 de dezenove de dezembro de 1974 prevendo indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório cumpre importante função social dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194 /1974 institui no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório por Danos Pessoais causados por veículos automotores de Via Terrestre- DPVAT, Posteriormente a Lei 8441/1992, veio ampliar a indenização, com intuito de torna-la mais compatível com o fim a qual se destina.

Importante citar o trecho encontrado no próprio site da Parte Requerida in verbis:

O seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa seja passageiro, motorista ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e despesas médicas hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do seguro DPVAT é a SEGURADOR LÍDER DPVAT, que tem o objetivo de assegurar a população, em todo território nacional, o acesso os benefícios do SEGURO DPVAT.

O pagamento da indenização é o feito em conta corrente ou poupança da vítima e seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte e de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau de invalidez e até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) em reembolso para as despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por morte é de até 3 (três) anos a contar da data do óbito. Para as despesas médicas a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de invalidez permanente o este prazo é de até 3 anos a contar da ciência da invalidez permanente pela vítima.

Os recursos os SEGURO DPVAT, são financiado pelos proprietários de veículos, por



meio de arrecadamento anual. Do total arrecadado 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para o custeio do atendimento- hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo o País. 5% são repassados aos ministérios das cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados a prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento de indenização e reservas.

Sendo assim Excelência faz jus ao recebimento de indenização coberto pelo SEGURO DPVAT, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º 6.194/74, vejamos:

Art.3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido pelo art.20, desta lei compreendem em indenizações por morte, por invalidez permanente total ou parcial, e por despesas de assistência medica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoas vitimadas:

- I- R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)- no caso de morte;
- II- Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)- no caso de invalidez permanente; e
- III- Até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)- como reembolso a vítima- nos casos de despesas de assistência medica e suplementares devidamente comprovadas.

Em consonância com a lei e enquadra-se no caso em tela, importante se faz, mencionar, jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do RIO GRANDE DO SUL deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia a parte demandante

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMETAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. **1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º caput da lei 6.194/74 é devida a indenização securitária.** 2. Graduação de invalidez. Mostra-se necessária a graduação de invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento REsp. 1.246.432, submetido ao regime dos Regime dos Recursos repetitivos (Art. 543-C DO Código de Processo Civil) e Sumula 474 do STJ. **3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado pela perícia judicial e o pagamento**



~~administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada no ponto.~~ 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerando o caimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Civil N° 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, julgado em 29/06/2016).

APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. **Presente a prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado na perícia administrativa, imperiosa se faz a complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório DPVAT.** Precedentes. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível N°70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e a invalidez permanente da parte autora nos termos do art. 5º caput da lei 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a Graduação da Invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Regime dos Recursos repetitivos (Art. 543-C DO Código de Processo Civil) e Sumula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado pela perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Descabida correção do valor da indenização do seguro DPVAT. RECURSO PARCALMENTE PROVIDO EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível N° 70066950957, Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 10/02/2016).

Dessa forma comprovado a acidente de trânsito, restando o demandante com lesões que lhe causaram invalidez parcial/ permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do



respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez”.

Para tanto, conforme a tabela faz-se necessário o correto enquadramento da perda parcial pela parte autora procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT á parte autora, montante este a ser quantificado através da avaliação dos exames e documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica. Ainda, com o valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

DO DANO MORAL

O dano, em sentido amplo, é a lesão a qualquer bem jurídico e aí se inclui o dano moral; em sentido estrito, é a lesão ao patrimônio, e patrimônio é o conjunto de relações jurídicas de uma pessoa, apreciáveis em dinheiro.

Portanto, a definição de dano moral tem que ser dada sempre em contraposição ao dano material, sendo este o que lesa bens, apreciáveis pecuniariamente e aquele, ao contrário, o prejuízo a bens ou valores que não tem conteúdo econômico. Nesta modalidade de reparação, Culto Magistrado, não se trata de pagar o transtorno e a angústia causada ao autor, mas sim de dar ao lesado os meios derivativos, com que se aplacam ou afugentem esses males, através de compensação em dinheiro, o quantum satis, a fim de se afastar os sofrimentos ou esquecê-los, ainda que não seja no todo, mas, ao menos, em grande parte.

O dano moral está intimamente ligado à pessoa que sofreu uma lesão em seus sentimentos. Assim, a reparação do dano, é, na realidade, uma compensação, que deverá ser suficiente para que atenuem os danos sofridos, assim, conseqüentemente, deve o Estado-Juiz



quantificar o dano de tal forma que, compense a dor e o medo, que passa a ser permanente; e apresente um caráter pedagógico.

Diante disso, podemos imaginar Culto Magistrado, as dificuldades e os males emocionais que vêm passando o Autor diante dos fatos ora narrados, pois o Réu com o seu descaso, ocasionou inúmeros prejuízos ao Autor, que contribuiu decisivamente em desencadear uma série de transtornos e desgastes emocionais.

O certo é que até o presente momento, o requerente foi gravemente lesionado no tornozelo direito tendo até hoje sequelas em seu tornozelo, a Empresa Ré por sua vez realizou um pagamento de valor irrisório, não condizente com a gravidade de sua lesão.

O princípio da dignidade da pessoa humana identifica um espaço de integridade moral a ser assegurado a todas as pessoas por sua só existência e atualmente esse princípio é consagrado em todas as Constituições, no nosso país está inserido no artigo 1º, inciso, III, constitui norma jurídico-positivada com *status* constitucional e, como tal, dotada de eficácia, transformando-se de tal sorte, para além da dimensão ética, mas em valor jurídico fundamental do indivíduo.

A dignidade relaciona-se tanto com a liberdade e os valores do espírito como com as condições materiais de subsistência, constituindo um dos fundamentos do Estado democrático de direito, servindo, inclusive, como fonte de luz aos demais princípios constitucionais e infraconstitucionais, lembrando-se de mencionar, que a dignidade deverá ser interpretada de modo a realizar o mais amplamente possível o princípio que rege a matéria, como descreve o autor Rizzato Nunes:

“é um verdadeiro supraprincípio constitucional que ilumina todos os demais princípios e normas constitucionais e infraconstitucionais. E por isso não pode o princípio da dignidade da pessoa humana ser desconsiderado em nenhum ato de interpretação, aplicação ou criação de normas jurídicas”.

Há de se ressaltar que há um liame muito próximo entre o princípio da proteção do conteúdo essencial dos direitos fundamentais com a dignidade, depreende-se desse fato, quando



se verifica na dogmática dos direitos fundamentais que existem formulações que identificam na dignidade da pessoa o núcleo essencial dos direitos fundamentais e quando os poderes, sejam públicos, sejam particulares, infringem o conteúdo essencial de um direito fundamental.

É como se dissesse que a dignidade da pessoa humana foi violada, ocorre essa violação quando confinam, limitam, enfim, impedem o exercício do direito fundamental pelo titular, por meio de pressupostos e condições que o titular, apesar do máximo esforço, não consegue cumprir, portanto não pode em nenhum momento, esse princípio ser desconsiderado, em qualquer ato de interpretação, aplicação ou criação de normas jurídicas e muito menos sofrer restrições.

Sobre tal princípio, Nelson Nery doutrina que:

“É o fundamento axiológico do Direito; é a razão de ser da proteção fundamental do valor da pessoa e, por conseguinte, da humanidade do ser e da responsabilidade que cada homem tem pelo outro.”

Verifica-se também no seguinte julgado:

“O Min. Celso de Mello, em decisão ao HC 85988-PA / STJ – 10.06.2005, defende ser a dignidade humana o princípio central de nosso ordenamento jurídico, sendo significativo vetor interpretativo, verdadeiro valor-fonte que conforma e inspira todo o ordenamento constitucional vigente em nosso país, além de base para a fundamentação da ordem republicana e democrática.”

Assim, pelo evidente dano moral que provocou a Empresa-Ré, é de impor-se a devida e necessária condenação, com pagamento de indenização a Parte Autora, que experimentou ter lesionado gravemente seu tornozelo.

Trata-se de uma *“lesão que atinge valores físicos, a honra, a paz íntima, a vida nos seus múltiplos aspectos, a personalidade da pessoa, enfim, aquela que afeta de forma profunda não os bens patrimoniais, mas que causa fissuras no âmago do ser, perturbando-lhe a paz de que todos nós necessitamos para nos conduzir de forma equilibrada nos tortuosos caminhos da existência.”*, como bem define CLAYTON REIS (*Avaliação do Dano Moral*, 1998, ed. Forense).



"Havendo dano, produzido injustamente na esfera alheia, surge a necessidade de reparação, como imposição natural da vida em sociedade e, exatamente, para a sua própria existência e o desenvolvimento normal das potencialidades de cada ente personalizado. É que investidas ilícitas ou antijurídicas ou circuito de bens ou de valores alheios perturbam o fluxo tranqüilo das relações sociais, exigindo, em contraponto, as reações que o Direito engendra e formula para a restauração do equilíbrio rompido." (Carlos Alberto Bittar).

Em nosso direito é certa e pacífica a tese de que quando alguém viola um interesse de outrem, juridicamente protegido, fica obrigado a reparar o dano daí decorrente. Basta adentrar na esfera jurídica alheia, para que venha certa a responsabilidade civil.

Neste sentido, dispõe o Código Civil que:

"Artigo 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".

De imediato, percebe-se que a requerida deliberadamente atingiu e molestou a integridade moral do requerente, no momento em que imotivadamente deixou de pagar o valor realmente violando fisicamente e moralmente, constringendo-o ilegalmente.

O STF tem proclamado que **"a indenização, a título de dano moral, não exige comprovação de prejuízo"**(RT 614/236), por ser este uma consequência irrecusável do fato e um "direito subjetivo da pessoa ofendida" (RT 124/299).

As decisões partem do princípio de que a prova do dano (moral) está no próprio fato, não sendo correto desacreditar na existência de prejuízo diante de situações potencialmente capazes de infligir dor moral. Esta não é passível de prova, pois está ligada aos sentimentos íntimos da pessoa. Assim, é correto admitir-se a responsabilidade civil, p. ex., na maioria dos casos de ofensa à honra, à imagem ou ao conceito da pessoa, pois subentendem-se feridos seus íntimos sentimentos de autoestima (CRJEC, 3ª Turma, Rec. 228/98, rel. Juiz Demócrito Reinaldo Filho, j.



20.08.98, DJ 21.08.98).

Assim, todo mal infligido ao estado ideal das pessoas, resultando mal-estar, desgostos, aflições, interrompendo-lhes o equilíbrio psíquico, constitui causa suficiente para a obrigação de reparar o dano moral. O dinheiro proporciona à vítima uma alegria que pode ser de ordem moral, para que possa, de certa maneira, não apagar a dor, mas mitigá-la, ainda com a consideração de que o ofensor cumpriu pena pela ofensa, sofreu pelo sofrimento que infligiu.

Não estará pagando a dor nem se lhe atribuindo um preço, e sim, aplacando o sofrimento da vítima, fazendo com que ela se distraia se ocupe e, assim supere a sua crise de melancolia.

Pois bem, adentrando na análise legal do tema, inicialmente é oportuno fazer referência à Constituição Federal de 1988, que foi muito clara ao dispor, no seu art. 5º, inciso X, *"in verbis"*:

"X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

Encontra-se constitucionalmente previsto a possibilidade de reparação por quaisquer danos sofridos. Isso é matéria pacífica na doutrina e na jurisprudência pátria, senão vejamos:

"Aquele que sofre um dano moral deve ter direito a uma satisfação de cunho compensatório. Diz-se compensação, pois o dano moral não é propriamente indenizável: "indenizar" é palavra que provém do latim, "in dene", que significa devolver (o patrimônio) ao estado anterior, ou seja, eliminar o prejuízo e suas consequências – o que, evidentemente, não é possível no caso da lesão de ordem extrapatrimonial. Prefere-se, assim, dizer que o dano moral é compensável, embora o próprio texto constitucional, em seu artigo 5º, X, se refira à indenização do dano moral." (MORAES, 2003, p. 145).

O legislador estabelece no artigo 5º incisos V e X da Constituição Federal, os critérios que reconhecem a indenização ao dano, independentemente de ser patrimonial, material, moral



ou a imagem, eis o texto constitucional:

“Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

Hoje o dano moral assumiu uma conotação de prejuízo coletivo, pois fere preceito constitucional primordial, instituído no seu artigo 1º, que é a dignidade humana.

Não podemos perder de vista o que está prescrito no nosso Código Civil, TÍTULO III, “DOS ATOS ILÍCITOS”, disciplinados nos artigos. 186 e 187, responsabilizando civilmente quem cause danos a outrem.

Ora, Excelência, a indenização ao Dano Moral é sucedânea de um direito personalíssimo, pois como bem disse o saudoso (GOMES, 1997, p.271):

“dano moral é o constrangimento que alguém experimenta em consequência de lesão de direito personalíssimo, ilicitamente produzida por outrem.”

Têm-se então que toda vez que um ou mais dos direitos a personalidade forem violados, suscitará a imprescindível reparação segundo a nossa Carta Magna e o Código Civil de 2002, porque a influência que sofrerá deve ser positiva no sentido de ter por objetivo não uma relação individual traçada numa lide, mas sim toda a coletividade.

Não cabe na atualidade um caráter individualista ou patrimonialista do direito privado sem observância das diretrizes traçadas pela Lei Maior, porque a interpretação que deverá ser feita está amparada nos princípios constitucionais, em que o certo é prevenir, e reparar quando o já tiver ocorrido o dano.

APelação CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PARA REPARAÇÃO



DE DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS. ACIDENTE COM FIO TELEFÔNICO SOLTO. PERMISSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PREJUÍZOS PATRIMONIAIS EFETIVAMENTE COMPROVADOS. DANO MORAL E ESTÉTICO RECONHECIDOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. CUMULAÇÃO DOS PEDIDOS. BIS IN IDEM NÃO CONFIGURADO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DA INCIDÊNCIA. MANTIDA. 1. A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva, relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, a qual somente pode ser excluída, ou reduzida, caso se comprove, respectivamente, culpa exclusiva, ou concorrente da vítima, ou que o evento seja decorrente de caso fortuito, ou força maior, o que não se deu, no caso em apreço. 2. Não há exigência legal condicionando a indenização por dano material à apresentação de três orçamentos, podendo ser considerado, para tal finalidade, aquele trazido pela parte interessada, cabendo à parte contrária comprovar a efetiva falta de credibilidade dele, o que não ocorreu, na hipótese. 3. Não é possível impor à vítima que demonstre o seu sofrimento, o qual reside no seu íntimo, no entanto, a dor, os transtornos, a necessidade de ajuda médica e as sequelas do acidente, causado por um fio telefônico caído, são suficientes, no sentido de demonstrar o dano moral tido por ela. 4. Nos termos da súmula 387 do STJ, é lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral, pois o dano moral corresponde ao sofrimento mental e o dano estético corresponde à alteração morfológica da formação corporal da vítima. É possível, ainda, a cumulação deles com o dano material, tendo em vista que este objetiva ressarcir as despesas tidas pela vítima, não havendo falar-se em bis in idem. 5. Tratando-se de responsabilidade extracontratual, na condenação por danos morais e estéticos, a correção monetária deve incidir desde o seu arbitramento, conforme critério adotado pela Súmula nº 362 do Superior Tribunal de Justiça, e os juros de mora, a partir do evento danoso, consoante o texto da Súmula 54 da Corte Superior. 6. Na condenação por danos materiais, decorrente de relação extracontratual, os juros de mora incidirão a partir do evento danoso, consoante o artigo 398 do Código Civil e a Súmula 54 do STJ e a correção monetária deverá incidir desde a data do efetivo prejuízo, segundo o enunciado da súmula 43 do STJ. APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. (TJGO – APELAÇÃO CÍVEL Nº 400407-68.2014.8.09.0051 (201494004070) COMARCA DE GOIÂNIA APELANTE: OI S/A APELADA: MARA RÚBIA PIRES RIBEIRO SOARES RECURSO ADESIVO – FLS. 173/178 RECORRENTE: MARA RÚBIA PIRES RIBEIRO SOARES RECORRIDA: OI S/A RELATOR: DES. FRANCISCO VILDON J. VALENTE. Data da Decisão: 09.02.2017).



Diante do exposto acima, o Autor requer a condenação da Parte Requerida no dever de indenizar pelos danos morais que provocou, **no VALOR a ser arbitrado por Vossa Excelência.**

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto evidenciado o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição inicial previstos 319 do Código do Processo Civil vem à presença de Vossa Excelência, para **REQUERER**:

1. Nos termos da Lei 1060/50 e art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a Parte Autora não dispõe de recursos para custear o processo sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, os benefícios da assistência judiciária gratuita;

2. Seja recebida a presente e digne Vossa Excelência determinar a citação da Parte Requerida, na forma constante no Código de Processo Civil, para responder aos termos da presente, sob pena de confissão e revelia;

3. Conforme previsão no art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já manifesta que não possui interesse na realização de audiência de conciliação;

4. Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido ao autor a título de indenização DPVAT.

5. Devidamente processado o feito com o respeito ao devido processo legal seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** para:

5.1. Que se declare devido á parte autora o pagamento da complementação de indenização correspondente ao seguro DPVAT- Danos Pessoais Causados por veículos automotores de Via Terrestre, com valor a ser quantificado após realização de perícia médica;

5.2. Condenar a demandada ao pagamento de complementação de indenização referente ao seguro DPVAT – INVALIDEZ, com valor a ser quantificado após a realização de perícia técnica;



5.3. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;

6. Requer, nos termos do art. 5º da Constituição Federal, a condenação da Parte Requerida no pagamento da **JUSTA INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS** causados ao autor, no valor a ser arbitrado por Vossa Excelência, nos termos declinados na presente petição, tendo em vista a farta legislação e jurisprudência anteriormente citada;

7. Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei especialmente prova pericial documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual

Dá-se à causa o valor de **R\$ 1.000,00** (mil reais).

Termos em que, pede e espera deferimento.

Teresina (PI), 20 de Maio de 2020.

YHORANA MAYRLA DA SILVA COIMBRA
OAB-PI 13.817

